

13	LEI	6.913, de 03/10/2006	Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável as indústrias em geral e centrais de distribuição de mercadorias.		04/10/2006	04/10/2006	Alterada pelas Leis n.º 7.485, de 30/11/2010 e 8.245, de 20/07/2015. Prazo: 15 anos, def nido pela Comissão da Política de Incentivos no ato concessivo. Prorrogável, limitado ao total de 30 anos.
14	LEI	6.912, de 03/10/2006	Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável aos empreendimentos da indústria do pescado.		04/10/2006	04/10/2006	Alterada pela Lei n.º 8.244, de 20/07/2015. Prazo: 15 anos, def nido pela Comissão da Política de Incentivos no ato concessivo. Prorrogável, limitado ao total de 30 anos.
15	LEI	6.716, de 26/01/2005	Dispõe sobre tratamento tributário dispensado às operações e prestações relativas à extração, circulação e industrialização de níquel e seus derivados.		27/01/2005	27/01/2005	
16	LEI	6.572, de 08/08/2003	Dispõe sobre a concessão de incentivo f scal para a realização de projetos culturais no Estado do Pará, e dá outras providências - Lei SEMEAR.		11/08/2003	11/08/2003	
17	LEI	6.489, de 27/09/2002	Dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará e dá outras providências.	Art. 5º, II e arts. 24 e 25.	30/09/2002	30/09/2002	Alterada pelas Leis n.º 6.567, de 01/08/2003; 7.242, de 09/01/2009 e 8.243, de 20/07/2015. Prazo: 15 anos, def nido pela Comissão da Política de Incentivos no ato concessivo. Prorrogável, limitado ao total de 30 anos.
18	LEI	5.674, de 21/10/1991	Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará - FDE, de que trata o art. 40 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado do Pará.	Art. 2º, inciso IV.	25/10/1991	25/10/1991	Alterada pelas Leis n.º 6.007, de 27/12/1996; 6.375, de 12/07/2001; 6.619, de 07/01/2004; 6.719, de 26/01/2005; 7.242, de 09/01/2009 e 8.548, de 09/10/2017.
19	LEI	5.649, de 17/01/1991	Concede isenção do ICMS na aquisição de automóveis de passageiros e dá outras providências.		22/01/1991	22/01/1991	Alterada pela Lei n.º 7.386, de 30/03/2010.
20	DECRETO	1.769, de 12/06/2017	Fixa o montante de recursos f nanceiros destinados para a utilização como incentivo f scal na realização de projetos culturais no Estado do Pará - Lei SEMEAR.		13/06/2017	13/06/2017	Termo f nal após 08/08/2017.
21	DECRETO	1.522, de 01/04/2016	Dispõe sobre a concessão de incentivos para a indústria do açaí e dá outras providências.		04/04/2016	04/04/2016	Condição: apresentação de projeto à Comissão da Política de Incentivos, com base nas Leis n.º 6.489, de 27/12/2002; 6.913, de 03/10/2006 e 6.915, de 03/10/2006.
22	DECRETO	355, de 28/02/2012	Dispõe sobre a redução da base de cálculo nas operações que especif ca (máquinas para construção pesada, relacionadas no Anexo Único).		29/02/2012	29/02/2012	
23	DECRETO	254, de 18/10/2011	Dispõe sobre a redução da base de cálculo nas operações que especif ca (veículos automotores constantes no Anexo Único).		19/10/2011	01/07/2011	Alterado pelo Decreto n.º 302, de 27/12/2011.
24	DECRETO	2.585, de 28/10/2010	Regulamenta a alínea "a" do art. 7º da Lei n.º 7.327, de 13 de novembro de 2009, que regulamenta o art. 284 da Constituição do Estado do Pará, alterado pela Emenda Constitucional n.º 35/2007, que estabelece a tarifa reduzida à metade nos transportes urbanos e nos transportes intermunicipais, terrestres ou aquaviários.		03/11/2010	03/11/2010	Concede crédito presumido de 25% (vinte e cinco por cento) nas prestações de serviços de transporte intermunicipal de passageiros.
25	DECRETO	2.281, de 24/05/2010	Regulamenta a Lei n.º 7.400, de 19 de abril de 2010, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado às operações e prestações com mercadorias e bens produzidos por contribuintes que vierem a se instalar em Zonas de Processamento de Exportação - ZPE, localizadas no Estado do Pará.		26/05/2010	26/05/2010	Prazo: 20 anos. Prorrogável por igual período. Termo f nal conforme a Lei n.º 7.400/2010.
26	DECRETO	2.236, de 07/04/2010	Institui o programa de fomento e atração de investimentos para o Estado do Pará, denominado "Movimento de Atração de Empresas - M.A.E.".		13/04/2010	13/04/2010	O pedido de tratamento tributário diferenciado será deliberado pela Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará, instituída pela Lei n.º 6.489, de 27 de setembro de 2002
27	DECRETO	1.565, de 26/03/2009	Regulamenta a Lei n.º 5.674, de 21 de outubro de 1991, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará - FDE.		27/03/2009	27/03/2009	Alterado pelos Decretos n.º 1.677, de 27/05/2009 e 323, de 09/01/2012.
28	DECRETO	1.379, de 30/10/2008	Dispõe sobre a isenção do ICMS nas aquisições de tratores, de até 75 CV, realizadas no âmbito do Plano Safra Mais Alimentos da Agricultura Familiar.		31/10/2008	31/10/2008	
29	DECRETO	902, de 11/04/2008	Concede isenção do ICMS às entradas decorrentes de importação realizadas pela Secretaria de Estado de Transportes - SETRAN, em conformidade com o Edital de Concorrência n.º 015/2003 e com o Contrato de Empreitada AJUR n.º 23/2004, dos bens e produtos relacionados no Anexo Único.		14/04/2008	01/06/2007	Alterado pelos Decretos n.º 928, de 22/04/2008 e 1.024, de 04/06/2008.
30	DECRETO	2.492, de 06/10/2006	Aprova o Regulamento da Lei n.º 6.915, de 3 de outubro de 2006, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável aos empreendimentos da agroindústria.		10/10/2006	10/10/2006	Alterado pelos Decretos n.º 1.352, de 25/08/2015 e 1.723, de 20/03/2017. Prazo: 15 anos, def nido pela Comissão da Política de Incentivos no ato concessivo. Prorrogável, limitado ao total de 30 anos.
31	DECRETO	2.491, de 06/10/2006	Aprova o Regulamento da Lei n.º 6.914, de 3 de outubro de 2006, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável aos empreendimentos da indústria da pecuária.		10/10/2006	10/10/2006	Alterado pelos Decretos n.º 1.351, de 25/08/2015 e 1.722, de 20/03/2017. Prazo: 15 anos, def nido pela Comissão da Política de Incentivos no ato concessivo. Prorrogável, limitado ao total de 30 anos.
32	DECRETO	2.490, de 06/10/2006	Aprova o Regulamento da Lei n.º 6.913, de 3 de outubro de 2006, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável as indústrias em geral.		10/10/2006	10/10/2006	Alterado pelos Decretos n.º 1.350, de 25/08/2015 e 1.721, de 20/03/2017. Prazo: 15 anos, def nido pela Comissão da Política de Incentivos no ato concessivo. Prorrogável, limitado ao total de 30 anos.
33	DECRETO	2.489, de 06/10/2006	Aprova o Regulamento da Lei n.º 6.912, de 3 de outubro de 2006, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável aos empreendimentos da indústria do pescado.		10/10/2006	10/10/2006	Alterado pelos Decretos n.º 1.349, de 25/08/2015 e 1.720, de 20/03/2017. Prazo: 15 anos, def nido pela Comissão da Política de Incentivos no ato concessivo. Prorrogável, limitado ao total de 30 anos.
34	DECRETO	1.773, de 16/09/2005	Dispõe sobre o diferimento do ICMS incidente na operação de importação de máquinas e equipamentos sem similar produzido no País, efetuada por editora de livros ou empresa jornalística, excetuados os optantes do Simples Nacional, para emprego no processo de industrialização de livros, jornais ou periódicos.		22/09/2005	22/09/2005	Alterado pelo Decreto n.º 1.017, de 02/06/2008.
35	DECRETO	1.729, de 08/08/2005	Regulamenta dispositivos da Lei n.º 6.716, de 26 de janeiro de 2005, que dispõe sobre tratamento tributário dispensado às operações e prestações relativas à extração, circulação e industrialização de níquel e seus derivados.		09/08/2005	09/08/2005	